

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS E INTERVENÇÃO EM VIOLÊNCIA
INTRAFAMILIAR**

ANDRIELE LESCANO CHRISTOFARI

**OS IMPACTOS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES
FAMILIARES**

SÃO BORJA

2021

ANDRIELE LESCANO CHRISTOFARI

**OS IMPACTOS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES
FAMILIARES**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar (EPIVI) da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista.

Orientadora/o: José Wesley Ferreira

SÃO BORJA

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C556i Christofari, Andrielle Lescano
Os impactos da desigualdade de gênero nas relações
familiares / Andrielle Lescano Christofari.
24 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Especialização)--
Universidade Federal do Pampa, ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS E
INTERVENÇÃO EM VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR, 2021.

"Orientação: José Wesley Ferreira".

1. Desigualdade de gênero. 2. Família. 3. Mulheres. 4.
Violência. I. Título.

10/08/2021

SEI/UNIPAMPA - 0573072 - SISBI/Folha de Aprovação

ANDRIELE LESCANO CHRISTOFARI**OS IMPACTOS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES FAMILIARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Política e Intervenção em Violência Intrafamiliar da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Política e Intervenção em Violência Intrafamiliar.

Dissertação defendida e aprovada em: 06 de agosto de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Wesley Ferreira
Orientador
(Unipampa)

Profª. Dra Elisângela Maia Pessoa
(Unipampa)

Especialista Ana Carolina Vaz dos Santos

10/08/2021

SEI/UNIPAMPA - 0573072 - SISBI/Folha de Aprovação
(Assistente Social)



Assinado eletronicamente por **JOSE WESLEY FERREIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/08/2021, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ELISANGELA MAIA PESSOA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/08/2021, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Ana Carolina Vaz dos Santos, Usuário Externo**, em 09/08/2021, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0573072** e o código CRC **F5842885**.

OS IMPACTOS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES FAMILIARES

José Wesley Ferreira¹
Andriele Lescano Christofari²

RESUMO

O estudo objetiva analisar como a desigualdade de gênero se apresenta no contexto familiar. É uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, realizada a partir da leitura de artigos científicos produzidos no período de 2005 a 2020 da revista Textos & Contextos. Foram escolhidos artigos que têm como tema central: gênero, família e violência intrafamiliar. Os resultados do estudo demonstram que ao gênero feminino é atribuída a função de cuidar da família, sendo a maternidade considerada como um atributo da totalidade das mulheres, o que inside em um acúmulo de tarefas domésticas que sobrecarregam as mesmas. Ficou evidente que as mulheres responsáveis por famílias monoparentais vivenciam essa sobrecarga de tarefas com mais intensidade porque além de cuidar da família tem a necessidade de trabalhar fora. Em contrapartida as mulheres responsáveis pelo sustento financeiro das famílias possuem maior autonomia e liberdade nas decisões referentes a educação dos filhos e também em relação as suas próprias vidas. Além disso, também foi identificada a domesticação das mulheres como um processo socialmente construído que se desdobra em situações de violência intrafamiliar contra as mulheres.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Família; Mulheres; Violência.

Expressions of the reproduction of gender inequality in the family

Abstract

The study aims to analyze how gender inequality presents itself in the family context. It is a bibliographical research of a qualitative nature, carried out from the reading of scientific articles produced in the period from 2005 to 2020 in the Textos & Contextos magazine. Articles that have as their central theme: gender, family and intra-family violence were chosen. The results of the study show that the female gender is

1 Graduado em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil. Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social PUCRS. Docente do Curso de Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar - Campus São Borja - Universidade Federal do Pampa. E-mail: joseferreira@unipampa.edu.br

2 Graduada em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santo Ângelo. Discente do Curso de Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar - Campus São Borja - Universidade Federal do Pampa. E-mail: andrielechristofari.aluno@unipampa.edu.br

assigned the role of caring for the family, with motherhood being considered as an attribute of all women, which is part of an accumulation of domestic tasks that overload them. It was evident that women responsible for single-parent families experience this overload of tasks more intensely because, in addition to taking care of the family, they also need to work outside the home. On the other hand, women responsible for the financial support of the families have greater autonomy and freedom in decisions regarding their children's education and also in relation to their own lives. In addition, the domestication of women was also identified as a socially constructed process that unfolds in situations of intra-family violence against women.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de pesquisa bibliográfica abordando como tema principal o impacto das expressões da reprodução da desigualdade de gênero na família. Para atingir os objetivos foram analisadas as produções teóricas da revista *Textos & Contextos* no período de 2005/2020. Foram escolhidos artigos que têm como tema central: gênero, família e violência intrafamiliar, sendo realizado um recorte inicial de 25 textos e posteriormente selecionados 13 textos para a produção do artigo. A pesquisa se apresenta tendo como objetivo central a análise de como a produção teórica da revista *textos & contextos* aborda a reprodução da desigualdade de gênero nas famílias, com a finalidade de ampliar conhecimentos para estudos sobre a temática.

Os estudos referentes às relações de gênero aumentaram nos últimos anos, e com isso tem-se uma abrangência no enfrentamento a desigualdade de gênero que perpassa as relações familiares. A classificação em gênero se refere às desigualdades existentes entre os sexos, que se apresentam para além das diferenças biológicas existentes, sendo de forma geral, estruturadas por construções sociais. Estudar as relações de desigualdade de gênero no Brasil é de extrema relevância, visto os altos índices de recorrência de violência contra mulheres, assédio sexual, desigualdade econômica, feminicídio, entre outros. A relevância do trabalho de pesquisa consiste em gerar conhecimentos sobre a temática em tempos de intolerância e de tantos registros de violência no país.

A produção científica serve de auxílio para a identificação e compreensão dessas relações de desigualdade por profissionais que atuam diretamente com as famílias e os sujeitos que as compõe para que possam ser estruturadas medidas de enfrentamento às violências. Espera-se como resultado uma melhor compreensão

das desigualdades que afetam os papéis feminino e masculino, além da identificação do lugar que a família ocupa nessa produção de identidades e nas relações sociais.

Como resultado do estudo foi observado em primeiro ponto a responsabilização feminina referente ao cuidado da família, no qual apresenta o lugar da mulher demarcado ao âmbito privado, enquanto ao homem o espaço público. Essa relação reflete em aspectos o comportamento de cada gênero, onde o feminino possui características dóceis de obediência e submissão e o masculino de controle, poder e dominação. Além disso, na separação do casal a mulher costuma ser a responsável pelo cuidado dos filhos, enquanto que o homem acaba por afastar-se de seu papel na paternidade.

Em segundo ponto apresenta-se a monoparentalidade feminina e a sobrecarga que se apresentam a partir do divórcio pela ausência do pai. Situação que trás acúmulo de tarefas para as mulheres que passam a serem responsáveis sozinhas pelo sustento dos filhos na rotina das tarefas domésticas, no sustento emocional e também econômico. A partir disso, se faz crescente a inserção delas no mercado de trabalho, situação que mesmo sendo difícil em função do excesso de responsabilidades, apresenta para elas desenvolvimento de autonomia como sujeito. Com o fim do relacionamento as decisões sobre o lar e os filhos, tanto nas atividades cotidianas como na organização financeira, passam a ser de responsabilidade da mulher, gerando assim maior independência por poder determinar o que será mais viável dentro de seu próprio contexto.

Por fim, em terceiro ponto percebe-se a domesticação das mulheres como um processo socialmente construído, onde se faz possível observar a mulher como objeto da dominação masculina estruturada pelo sistema patriarcal. A violência aparece presente de diversas formas, sendo destacada a violência psicológica como sendo a de maior difícil enfrentamento em função das marcas emocionais desenvolvidas que afetam a qualidade de vida em longo prazo. Pode-se observar ainda que as mulheres aparecem como principais vítimas da violência intrafamiliar, nas formas de violência doméstica, na violência contra idosos e também no abuso sexual da infância/adolescência.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O gênero feminino como responsável pelos cuidados da família

Em primeiro momento, uma reflexão sobre as relações de gênero é fundamental, para que sejam compreendidas as diferenças entre os papéis socialmente atribuídos aos gêneros feminino e masculino.

O matriarcado representa um período da pré-história em que a organização das famílias se dava a partir de relações chamadas sindiásmicas, nas quais predominava poligamia, pois tanto os homens como as mulheres tinham vários companheiros/as com os/as quais estabeleciam relações sexuais. Como as mulheres tinham vários companheiros, a descendência se organizava com predominância na base de linhagem hereditária da mulher, que detinha grande prestígio social no período, pois ainda não estava submetida ao homem, como passa a ocorrer com o surgimento da propriedade privada e do patriarcado. Com a sociedade sendo organizada através do sistema patriarcal, tem-se a organização da estrutura familiar a partir da monogamia, na qual se mantém a exclusividade do casal enquanto par, a fim de garantir a paternidade dos filhos, para que se possa cumprir a transferência de heranças de pais para filhos. Desse modo com o fim do matriarcado, a mulher passou a ser excluída dos espaços públicos, sendo limitada ao espaço privado do lar e a reprodução da prole, de maneira que o papel da mulher passa a ser estritamente atrelado ao processo de reprodução de herdeiros legítimos (FORTES, 2018).

A partir do século XIII, tem-se o início da transição do sistema feudal para o sistema capitalista que se consolida nos séculos XVIII e XIX e se mantém hegemônico até os dias contemporâneos. No capitalismo, as mulheres passam a ocupar espaço no mercado de trabalho a partir do século XVIII, no período de desenvolvimento do capitalismo industrial, entrando como operárias nas fábricas com cargas horárias maiores que as dos homens e com salários menores. A contratação das mulheres se dava ao fato de serem consideradas de fácil manipulação por serem submissas e acostumadas a obedecer (AGUIAR, SANTOS e LIMA, 2018).

No século XIX, pautas específicas das mulheres agregaram as pautas de lutas mais gerais dos movimentos dos trabalhadores, pois as lutas pela regulamentação da jornada de trabalho de 10 horas agregaram também as reivindicações dos direitos políticos dos trabalhadores que eram proibidos de se organizar em sindicatos e partidos políticos, assim como a proteção do trabalho infantil e das mulheres gestantes (COUTINHO, 1997).

Na década de 1960, se iniciam as organizações dos movimentos contra culturais que se originam a fim de confrontar os padrões sociais, como por exemplo, o conservadorismo, o consumismo, o cristianismo, entre outros. Nesse período surge o movimento feminista, as mulheres reconhecem necessidade de espaço de luta contra a opressão do machismo estabelecido pelo patriarcado e passam a organizar debates sobre as desigualdades de direitos civis, políticos e sociais entre homens e mulheres nos contextos privado e público. Neste período tem início os estudos do conceito de gênero enquanto construção social desvinculando-o do caráter estrito biológico (MILANI, 2018).

Ainda que o movimento feminista tenha atingido conquistas em seu percurso de desenvolvimento ao longo dos anos, a sociedade contemporânea mantém uma idealização social em que a imagem da mulher aparece enquanto mãe e cuidadora do lar, sendo ao homem mantido o papel de principal provedor e por isso detentor do poder das decisões deste espaço. Essa construção histórica e social dos gêneros permanece sendo perpetuada enquanto natural, mantendo assim a estrutura das desigualdades entre os gêneros feminino e masculino (SAFIOTTI, 1987).

Através das lutas feministas com o tempo às mulheres têm conseguido se inserir cada vez mais no mercado de trabalho, expandindo a sua imagem nos espaços públicos, se desvinculando da figura de mãe e cuidadora do lar, para assumir postos de trabalho, cargos mais importantes e reduzindo sua imagem hierárquica de submissão. Entretanto, a atuação ativa das mulheres no trabalho passou a ser cumulativa em sua rotina às tarefas domésticas do lar e com o cuidado da família, mantendo a mulher com sobrecarga excessiva. Além disso, ainda hoje as mulheres possuem salários proporcionalmente mais baixos que de homens em mesmo cargo, e mesmo sendo inseridas em cargos de liderança, o número ainda é menor que dos homens. A partir de Oliveira (2019), de acordo com dados coletados

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2018, as mulheres apresentavam em média o ganho de apenas 79,5% do salário dos homens.

Guiraldelli (2011) aborda o conceito de gênero descrevendo que envolve todos os seres humanos que interagem socialmente, dessa forma podem existir relações de poder, dominação, exploração e opressão que vão estar presentes tanto em âmbito privado quanto público. Percebe-se dessa estrutura de relações de gênero que a submissão se mantém posta para a figura feminina, enquanto o espaço de superioridade é perpetuado para a figura masculina, sendo constituídas socialmente a partir das relações de dois indivíduos entre si. Nesse sentido, qualquer espaço de convívio passa a ser cenário da construção das identidades de gênero, principalmente a família que é o primeiro ao qual o sujeito faz pertencimento. A estrutura que rege a construção de gênero se dá através de processos sociais onde temos a separação do que é ditado como referente ao masculino e ao feminino, sendo essa produção na esfera pública. Principalmente o modelo de família tradicional ³acaba reproduzindo e reforçando esses processos sociais produzidos na esfera pública.

Henrich e Kern (2015) realizaram uma análise acerca das questões de gênero e o HIV, em que o foco é referente à maternidade. Nesse estudo se observou que as mulheres demonstravam sentimentos de culpa pela contaminação que acaba por desencadear uma sobrecarga maior do que já se estabelece em uma rotina comum de cobranças sobre a responsabilidade de ser mãe. Podemos observar à naturalização do lugar da mulher enquanto responsável pela proteção de sua família, relacionado à condição de portadora do vírus HIV que se apresenta rodeada por necessidade de cuidados de sua saúde além da carga de preconceito social.

Cabe aqui trazer uma discussão acerca do conceito de “hospedeiro da opressão” referido na obra *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire (1987), para início precisamos partir da compreensão de que o opressor é o sujeito que oprime outro, enquanto que o oprimido é aquele que sofre a opressão. De acordo com o autor, para que haja a libertação do oprimido perante a opressão que sofre se faz necessário que este tome consciência de si e do mundo, não só enquanto oprimido,

3 Estrutura familiar composta pela tríade de pai, mãe e filhos.

mas também enquanto opressor, já que ambos os processos se refletem na consciência do sujeito. Nesse sentido, no contexto do artigo, temos as mulheres enquanto oprimidas e os homens enquanto opressores. No parágrafo acima podemos perceber que a alienação perante a opressão sofrida pelas mulheres no papel de responsáveis pela família faz com que elas perpetuem o espaço da própria violência sofrida ao se culpabilizarem pela situação do HIV, reafirmando assim, sua imagem de submissão tão ampla ao ponto de assumirem a responsabilidade de uma situação que não tenha sido gerada por elas pelo fato de afetar a família. Nesse processo elas se tornam hospedeiras da opressão que vivenciam, pois seus pensamentos reproduzem os processos sociais que as oprimem.

Gomes (2011) faz uma análise acerca de programas de transferência direta de renda, tendo maior foco no benefício Bolsa Família, apresentando dados em que as mulheres enquanto mães são as principais responsáveis pelo recebimento do benefício, além de que em pesquisa os entrevistados apontam que as mulheres devem ser encarregadas de tal tarefa, justificando tal posicionamento pela relação ao cuidado dos filhos. A autora ainda aponta que o Programa Bolsa Família possui em sua estrutura condicionalidades para que seja usufruído, tendo convocação para atividades suplementares relacionadas principalmente à educação e saúde. Observa-se assim que, ao colocar a mulher enquanto responsável pelo recebimento desta renda, se mantém um reforço de naturalização ao estereótipo de o papel feminino ser o incumbido de manter o cuidado dos filhos, além de aumentar sua carga através das atividades exigidas pelo processo.

Welter et al. (2008) apresenta um estudo sobre gênero e a maternidade de crianças com a Síndrome de Down, dentro do qual se reflete nas entrevistas realizadas com as mães a demonstração de sentimento de culpa a partir da notícia do diagnóstico, principalmente levando em consideração a questão de falta de conhecimento sobre a Síndrome de Down, que é um acidente genético ocorrido durante a divisão celular, e das ideias de senso comum geradas sobre a mesma, como por exemplo, a relação atribuída a idade avançada da gestante. Pode-se perceber que a mulher enquanto mãe se responsabiliza pelo processo da gestacional, e ainda sobre ela reside a carga de responsabilização social pelo que acontece a sua família, mesmo em situações que não estejam sob seu controle.

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico a mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar a luz. (SAFFIOTI, p. 9, 1987).

Percebe-se que a imagem da mulher se apresenta atrelada a funções da esfera privada, sendo maior o peso de sua demanda das tarefas relacionadas ao lar e aos filhos. E, além disso, essa ideia é reforçada não apenas no meio familiar, mas também na sociedade, que constantemente impulsiona a mulher ao lugar de mãe e responsabilizando-a pelas atividades domésticas. Essa relação de direcionar a mulher para este espaço, não reflete apenas em seu lugar de representatividade, também podemos observar a imagem do homem ausente perante as relações de cuidado direto relacionado às tarefas exigidas na rotina dinâmica familiar, reforçando seu espaço de afastamento de vínculo da esposa e filhos, o qual poderia nesse convívio ser maior do que apenas de provedor financeiro.

2.2 A sobrecarga de mulheres nas famílias monoparentais

É crescente a cada ano o número de famílias monoparentais⁴ em que a mulher se apresenta como principal provedora. De acordo com Parnes (2021) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) refere que 12 milhões de mães criam seus filhos sozinhas, e mais de 64% delas vivem abaixo da linha da pobreza. Percebe-se com isso a vulnerabilidade a qual a monoparentalidade feminina está associada, em que além das condições financeiras, pelas circunstâncias, a mulher acaba sendo obrigada a manter sozinha a criação dos filhos e as atividades domésticas.

Em estudo sobre famílias monoparentais em situação de extrema pobreza chefiadas por mulheres, Carloto (2005) destaca que as entrevistadas relatam não ter apoio dos pais após o rompimento do relacionamento, ficando para elas a responsabilidade de manter tanto o cuidado doméstico quanto manter financeiramente a família. Nessas situações as mulheres acabam sobrecarregadas com as atividades desempenhadas para garantir a sobrevivência financeira que se somam às atividades de distribuição de afeto e cuidado necessárias à reprodução

4 Estrutura familiar composta por um dos ascendentes como responsável pela prole.

familiar. Como as atividades de reprodução doméstica são atribuídas socialmente às mulheres, às mesmas tendem a se sentirem incapazes e más quando não tem energia física e psicológica para se dedicar aos cuidados afetivos da família porque passaram o dia todo trabalhando, geralmente em atividades precárias.

Rosado et al (2011) apontam que enquanto a família é nuclear os homens dividem algumas tarefas referentes a casa e aos filhos, mas após a separação essa participação deixa de existir. A partir disso, a mulher se vê obrigada a assumir os cuidados referentes à educação, sustento financeiro, suporte emocional dos filhos, entre outros. A mulher com isso mantém seu papel de mãe e amplia sua participação para o mercado de trabalho através da necessidade de prover recursos financeiros para seu lar, enquanto que o homem passa a se afastar de suas funções de pai.

Na separação do casal, a mulher passa a ser a responsável pelo cuidado e sustento dos filhos, entretanto, mesmo com a sobrecarga gerada pelo acúmulo de funções que, mesmo desproporcionalmente, antes eram divididas com o homem, apresenta-se um ponto de melhora em suas rotinas pelo aumento da liberdade de escolha. Com o fim do relacionamento, a mulher passa a poder escolher quando e como fará suas tarefas, sendo assim, elas passam a optar por reduzir seu tempo com as tarefas domésticas que antes eram priorizadas como sendo uma função obrigatória, passando a ter maior tempo disponibilizado ao trabalho remunerado destacando que, a partir disso, passam a sentirem-se mais independentes e realizadas. (ROSADO et al, 2011)

As mulheres no relacionamento conjugal comumente tomam decisões referentes apenas às questões do contexto privado, sendo limitadas pela autoridade do homem nesse contexto, tanto em suas tarefas domésticas quanto em relação a si mesmas as mulheres se tornam mais livres quando se separam. Por exemplo, geralmente quando as mulheres estão casadas, ou em uniões estáveis, elas tendem a obter liberdade na relação com os companheiros para irem visitar seus familiares, ou para irem à igreja. Já a liberdade de trabalhar, estudar e sair com amigos e amigas tende a ser mais restrita em relações estabelecidas com companheiros opressores. Já na condição de chefes de famílias monoparentais, não tendo mais a

figura masculina no controle direto, passam a poder ter maior autonomia sobre suas vidas nesse sentido. (CARLOTO e MARIANO, 2012)

De acordo com Carloto (2005) as mulheres ficam como responsáveis pelos filhos após a separação, e quando há crianças pequenas, este fator pesa para que elas consigam buscar melhores alternativas de trabalho remunerado. Sabemos que o acesso para vagas na Educação Infantil é de grande disputa no Brasil, e não se tem a quantidade necessária para suprir a demanda de crianças dessa faixa etária. Sendo assim, a carga desse cuidado interfere para as mulheres, que acabam voltando seu tempo para esse cuidado, reduzindo a possibilidade de conseguir manter outras tarefas, além de reduzir sua disponibilidade para o mercado de trabalho, dessa forma ficando majoritariamente em empregos informais e mal remunerados. Essa situação é propensa a grande geração de angústia e culpabilização por não conseguirem realizar tudo que consideram necessário para suas famílias, mesmo não podendo manter o controle apenas através de suas escolhas.

A chefia feminina de famílias monoparentais aparece constantemente ligada a maior vulnerabilidade econômica, o que pode ser vinculado ao fato de que as mulheres ficando responsáveis pelos filhos sem o auxílio dos pais, terão mais dificuldade em conseguir atingir melhores empregos em função de sua carga de tarefas acumuladas. Entretanto, mesmo tendo renda menor do que as famílias com chefia masculina, a distribuição de recursos entre os membros é mais igualitária, em função de que suas escolhas referentes ao consumo priorizam suprir o que seja necessidade para o conjunto familiar. Os homens quando detém o domínio do provimento financeiro priorizam o consumo a partir de seus desejos, e não pela família num todo. (CARLOTO, 2005; ROSADO et al, 2011)

Rosado et al (2011) demonstra em sua pesquisa que a partir da necessidade de manter o sustento financeiro das famílias, as mulheres passam a ingressar em processos de capacitação profissional. Em função da necessidade de suprirem a renda, sem capacitação as mulheres acabam conseguindo empregos informais que lhes geram salários precários, ingressando em cursos técnicos e de ensino superior passam a ter melhores chances de crescimento no mercado de trabalho.

Nos dados coletados das entrevistadas de sua pesquisa, Carloto (2005) aponta para o fato de as mulheres referirem as questões de sentimentos de carinho e cuidado para o comportamento feminino, enquanto que relacionam a postura dos homens de comando e repressão, apresentando que em função dessa diferença, eles deveriam ser os chefes, sendo passadas a elas essa responsabilidade em função da ausência deles. Percebe-se que em suas perspectivas há reforço para a imagem de poder dos homens, onde nem mesmo aparece o questionamento pelo abandono de suas famílias, apenas existe a responsabilização de que pelo afeto a mulher se coloca no papel de suprir a falta, acumulando assim, a carga do lugar de mãe cuidadora, somada ao provimento que pensam que deveria vir do homem.

O lugar de chefe se apresenta nessa ideia referente ao poder de autoridade do homem, e não necessariamente ao provimento financeiro. A imagem de passiva e emocional da mulher a mantém distante dessa imagem de autoridade que se supõe necessária para exercer a chefia como se dá para o homem. Mendes (2002) retrata a marca do machismo que permanece em relação à chefia posta ao homem em função de sua autoridade abranger maior dimensão, pois além do poder de decisões do contexto familiar, ele também domina a esfera pública, enquanto para a mulher fica a responsabilidade no espaço de desempenho das atividades domésticas e cuidados dos filhos, visto que seria extensão de suas tarefas referidas ao lugar do feminino.

Carloto (2005) apresenta relatos das mulheres entrevistadas em que demonstram sentirem-se seguras com a figura masculina na chefia a família mesmo quando seus companheiros não contribuam economicamente com a manutenção da família porque se sentem simbolicamente seguras com a presença masculina na família, pois assim a família se encaixa aos padrões culturalmente aceitos como normais, referindo que a mulher nesse lugar sofre com o peso do preconceito social em função da desigualdade de gênero. As mulheres na rotina da chefia familiar, apesar da sobrecarga, conseguem organizar e suprir as necessidades que se apresentam. Entretanto percebemos que ainda prevalece a ideia da família tradicional tendo o homem como figura de poder, mesmo que de forma simbólica, em função de que no âmbito social ele não sofre as discriminações que geram sofrimento e repressão como elas.

De acordo com Dantas et al. (2004) apud Rosado et al. (2011) em relação aos cuidados dos filhos se faz relevante pensar o que gerou o afastamento dos homens de suas funções paternas. Temos dois pontos salientados como principais: primeiro apresenta-se a dificuldade de manter um relacionamento amigável entre os ex-cônjuges, o que pode acabar ocasionando atritos também no relacionamento com os filhos, e em segundo a questão da entrada em um novo relacionamento, em que o homem passa a cumprir o papel de pai social em outra família, distanciando-se assim do papel de pai de seus filhos biológicos.

Silveira e Silva (2013) refletem a questão da centralidade dos papéis de pai e mãe estarem concentrados em uma só pessoa, sobrecarregando-a por ter que cuidar da educação tanto de contexto formal quanto moral, do provimento financeiro, da socialização de seus filhos. A mulher na ocupação desse espaço de chefia acaba tendo maiores dificuldades principalmente pelos estigmas de serem menos capazes gerados pela desigualdade de gênero, e que ainda reduzem seu espaço de atuação em dimensão pública.

A partir do processo de separação/divórcio o lugar de chefia familiar para as mulheres manifesta um acúmulo de tarefas e responsabilidades que antes eram divididas com o cônjuge. O provimento financeiro pesa ao ponto em que a mulher passa sozinha a ter que sustentar os filhos, principalmente, por ocupar em maioria espaços no mercado informal com baixa remuneração e maior carga horária de trabalho. Entretanto, podemos observar que através desse foco de geração de renda para a família, encontra-se uma estrutura de crescimento na autonomia da mulher enquanto sujeito, pois ela passa a ir à busca de se capacitar para ter melhor desenvolvimento profissional e de remuneração.

2.3 A domesticação da mulher como um processo socialmente construído

O patriarcado produz a domesticação das mulheres porque na família monogâmica elas são usadas como um instrumento de reprodução masculina. Dessa forma, seus corpos passam a serem objetos do desejo dos seus companheiros, ou seja, a família monogâmica reduz a autonomia das mulheres, que têm suas identidades engessadas em papéis socialmente atribuídos que informam

que as mesmas devem ser dóceis e submissas com os demais membros da família. Essa reprodução cultural referente à identidade feminina produz valores que contribuem para as mulheres se sentirem culpadas quando não estabelecem relações de cuidados com os filhos e companheiro.

Existem diferenças biológicas entre mulheres e homens que passam a serem distorcidas e utilizadas socialmente como forma de naturalização às desigualdades de gênero exercidas sobre o feminino que também se fazem presentes nas relações familiares. A gestação, por exemplo, que é um processo do corpo feminino, é utilizado para reforçar o lugar de exclusividade da mulher enquanto mãe, e também gera impacto de exclusão no mercado de trabalho, tendo lugares em que a mulher não é contratada quando já possui filhos ou mesmo a pretensão de engravidar. Sendo assim, percebemos que as diferenças entre os gêneros que fazem parte de suas identidades, passam a marcar lugar de restrição, opressão e violências para as mulheres. As relações assimétricas de poder entre homens e mulheres estruturam a violência empregada para manter a submissão e objetificação sobre o corpo feminino, e garantindo o controle do poder para o masculino. (TAVARES e PEREIRA, 2007).

A violência tem como definição o comportamento em que um indivíduo pode gerar danos físicos, morais, psicológicos e/ou sexuais à outro. Alguns pensam a violência de gênero como aquela que é exercida de um sexo sobre o sexo oposto. Em função desta definição, geralmente o conceito de violência de gênero é aplicado para denominar a violência contra mulheres. (DEBERT E GREGORI, 2008; GIFFIN, 1994; SAFFIOTI, 1994).

Oliveira et al.(2009) apontam através de entrevistas com mulheres que sofreram violência doméstica que elas descrevem a presença da violência física e verbal, sendo destacada a segunda por caracterizar maior sofrimento. As agressões a partir de palavras não deixam marcas visíveis, entretanto o impacto no estado emocional das vítimas gera consequências que podem lhes acompanhar por toda a vida.

As autoras retratam ainda que as mulheres compreendem como violência emocional as ameaças tanto de violência física como de morte, e também as depredações de seus pertences pessoais, que elas percebem como representações

de violência emocional em função de não terem a violência direcionada de forma direta ao físico. Os diferentes tipos de violência acabam se apresentando com frequência e de diversas formas nas relações de violência doméstica, as mulheres sem terem conhecimento ou controle do ocorrido em suas rotinas passam a associar em maioria ao estado emocional que é onde conseguem perceber maior instabilidade e danos.

O medo constante e a insegurança se estabelecem no emocional das mulheres que vivenciam violência doméstica, elas nunca sabem o que desencadeará o comportamento agressivo do companheiro que aumenta com o passar do tempo para manter o controle do poder. A permanência nas relações de violência se mantém pela questão deste ciclo, em que qualquer comportamento da mulher passa a ser questionado e controlado pelo companheiro. A roupa que está usando ou a utilização das redes sociais, em situações simples da rotina elas vão sendo pressionadas, e com o passar do tempo agravam o desenvolvimento de adoecimentos mentais como ansiedade e depressão. A existência de instabilidade emocional e baixa autoestima contribuem para manter as mulheres estagnadas nesse espaço de dominação. (TAVARES e PEREIRA, 2007).

A violência exercida pelos homens contra as mulheres em seus relacionamentos apresenta aspectos de descontrole. O medo de traição mesmo sendo uma probabilidade de seu imaginário gera sentimentos que eles constantemente expressam através da linguagem da violência. A garantia da honra masculina é um aspecto constante apresentado por eles, que refletem este ponto em função dos valores tradicionais que ainda permanecem advindos da família e da sociedade. Essas relações de violência apresentam severas sequelas físicas e emocionais para a vida das mulheres, e também interferem na construção dos filhos enquanto sujeitos. Podendo que apresentem desestabilidade e sofrimento emocional perante a vivência das agressões em seu cotidiano (COELHO e CARLOTO, 2007).

Oliveira et al. (2009) apontam que as mulheres entrevistadas demonstraram que em suas famílias de origem, seus pais também vivenciavam rotinas marcadas pela violência doméstica. Esse ponto apresenta um marco cíclico da violência em que podemos perceber a reprodução através da intergeracionalidade, assim, se faz apreendido como algo que faz parte do processo de convívio familiar. As relações de violência se repetem na vida das mulheres em função da educação baseada em

comportamentos de agressividade que receberam em sua criação enquanto crianças/adolescentes, passando a internalizar este formato de comunicação para suas relações na vida adulta.

Em análise de mulheres em vivência de situação de rua, Sanchotene, Antoni e Munhós (2019) retratam que as mulheres descrevem que a razão para saírem de seus lares se dá pela violência de gênero na relação com seus companheiros. Esse aspecto demonstra um movimento de busca por empoderamento das mulheres sobre suas vidas em que se determinam a romper com a relação violenta, mesmo a custo de não terem mais moradia e passarem a viver em situação de rua.

As autoras ainda refletem sobre a marca expressiva do machismo que se apresenta em vitimar a mulher no contexto familiar, que se supõe local de proteção, onde a partir da busca do rompimento da violência conjugal essas mulheres acabam se colocando em contextos desprotegidos que as expõe a outros tipos de violência.

O abuso sexual se apresenta frequente para mulheres que vivenciam situação de rua, sendo gerador de traumas físicos e emocionais, além de propulsor do abuso de substâncias químicas. Gestações indesejadas e infecções sexualmente transmissíveis também podem ocorrer dessa violência. Em função da desigualdade de gênero, as mulheres acabam por tentar construir vínculos amorosos, sexuais ou de amizade com homens, para tentar sentirem-se seguras. Também a união em grupos de mulheres se apresenta como enfrentamento às violências na rua (SANCHOTENE, ANTONI e MUNHÓS 2019).

Sanchotene, Antoni e Munhós (2019) apresentam que para as entrevistadas de sua pesquisa o ser mulher está associado a vivências de violência e sofrimento. A vulnerabilidade perante o machismo reflete marcas em como elas se enxergam, se percebendo perante a força tanto física quanto de espaço de poder dos homens enquanto frágeis e incapazes de se defenderem. Desse ponto de vista o medo e a necessidade de proteção se apresentam como sentimentos constantes para as mulheres.

Diel e Barbiani (2018) apontam em sua pesquisa sobre a violência familiar sofrida por pessoas idosas, que no maior percentual (78%) de vítimas estão concentradas as mulheres. As autoras ainda apontam que elas não compreendem como violência as agressões e privações sofridas, pois percebem como normal do

convívio familiar. Pode-se observar a partir disso a permanência do lugar da mulher enquanto prejudicada pela submissão advinda do sistema patriarcal.

A violência contra mulheres idosas apresenta percepção reduzida com relação às suas formas de manifestação, sendo as relatadas de maneira explícita tanto por elas quanto pelos profissionais que trabalham em seu auxílio, as violências física e verbal. No estudo o fato apresentado relacionado a essa redução dos tipos de violência se dá em função de as denúncias se apresentarem majoritariamente no contexto familiar (BRITO, GROSSI e GROSSI, 2020).

A violência sexual exercida contra crianças e adolescentes também se manifesta tendo o gênero feminino como suas principais vítimas. Um os aspectos primordiais para sua motivação se dá a partir da desigualdade de gênero que atravessa as relações. Em maioria essas agressões ocorrem dentro do contexto familiar, cometidas pelo pai, padrasto ou outro parente do gênero masculino com vínculo próximo (PEDERSEN, 2009).

Apesar de adentrarmos no século XXI, ainda podemos encontrar opressão feminina de maneiras diversificadas, ocultadas, especialmente dentro da instituição que busca sua modernização, preservando seu conservadorismo – a família. Preservar as relações de classe dentro do próprio lar significa também preservar a ordem e a relação de poder, que, por diversas maneiras, pode ser expressa, inclusive no silêncio do próprio olhar. (OLIVEIRA, 2009).

Percebemos com isso que o espaço ocupado pelo feminino constantemente é o de vulnerabilidade perante as violências existentes tanto no contexto familiar quanto social. Marcando assim um lugar de subordinação das mulheres às opressões geradas pelo machismo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de gênero apresenta-se sustentada através da ideia da naturalização de comportamentos relacionando às funções biológicas dos gêneros que acabam por resultar no aprisionamento das expressões sociais referentes principalmente ao feminino. A maternidade é um dos principais aspectos que se observa sendo utilizada historicamente para reforçar uma imagem estereotipada da mulher, limitando seu espaço de atuação ao âmbito privado e a comportamentos de submissão. A família acaba sendo mais um local de perpetuação da estereotipação

das feminilidades e masculinidades, já que se constrói junto ao ideal societário, reproduzindo de maneira constante as desigualdades e violências.

Percebemos que as mulheres são mantidas nesse lugar de cuidado do outro de forma imposta pela pressão social, mas também, pelo aprisionamento a este contexto, acabam por reforçar na maioria das vezes este espaço que ocupam, principalmente através da culpabilização quando não conseguem ou não se consideram capazes de fornecer o que se apresenta necessário para manter seus filhos. Esse processo de cuidado com a família para as mulheres é constituído tanto de sobrecarga física quanto emocional em função da responsabilização excessiva constante que se apresenta sobre elas. Mesmo na presença de situações que se manifestam fora de seu controle, como o HIV e a Síndrome de Down, percebe-se a culpabilização que é produzida socialmente e reproduzida pelas mulheres referente ao cuidado com suas famílias.

Na condição da monoparentalidade, em maioria temos as mulheres ocupando o lugar da chefia, o que acrescenta uma sobrecarga maior do que já existia antes do divórcio, principalmente pelo fato de que a manutenção financeira da família passa a ser de responsabilidade delas, somado a todas as outras tarefas referentes ao lar e aos filhos. Entretanto, com a saída do homem do controle cotidiano desta relação em conjunto com a entrada no mercado de trabalho, as mulheres passam a se reconhecerem em um processo de construção de autonomia, já que passam a organizar suas rotinas perante o que elas mesmas considerarem mais relevante. O provimento financeiro acaba passando a primeiro lugar em maioria, e abre com isso a possibilidade para que elas se proponham a estudar em busca de melhora para alcançar melhores remunerações, e com isso passam a produzir um maior empoderamento de si mesmas e seus desejos enquanto sujeito.

Percebemos que a opressão social que existe em torno do feminino é reforçada pela família na imposição de comportamentos de submissão. Nesse processo são utilizados diversos formatos de violência contra as mulheres. As agressões psicológicas são as mais subjetivas e invisibilizadas, entretanto acabam desenvolvendo marcas que podem permanecer presentes e acometerem impactos maiores durante toda a vida através do adoecimento mental pela baixa autoestima, ansiedade e depressão. Também há ocorrência de abusos físicos e sexuais contra

as mulheres que mesmo sendo mais perceptível a sua identificação, passam por um processo de naturalização perante a opressão e objetificação do gênero feminino.

O estudo ampliou a compreensão acerca da desigualdade de gênero em relação às construções sociais sobre os papéis feminino e masculino, em que pelo constante reforço do inconsciente social de reprodução afetam as relações familiares. O entendimento dessa estrutura pelos profissionais que atuam no atendimento de mulheres que passam por violência intrafamiliar se apresenta como fundamental para que sejam organizados os cuidados necessários ao enfrentamento adequado, além de poder ampliar a consciência delas sobre sua situação para que possam existir e lutar por mais autonomia no controle de suas vidas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ewerton Marinho de. SANTOS, Emerson Mayk Cristiano dos. LIMA, Marcilene de Souza. O papel da mulher numa sociedade capitalista à luz da reestruturação produtiva. **XIII CONAGES**. 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2018/TRABALHO_EV112_MD1_SA11_ID77_06052018191926.pdf

BRITO, Kennya Márcia dos Santos Mota. GROSSI, Patricia Krieger. GROSSI, Márcio Lima. Violência contra mulheres idosas em Manaus: do silêncio ao enfrentamento. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2020.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2005.

CARLOTO, Cássia Maria. MARIANO, Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: Mulheres no programa bolsa família. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2012.

COELHO, Sandra Maria Pinheiro de Freitas. CARLOTO, Cássia Maria. Violência doméstica, homens e masculinidades. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2007.

COUTINHO. Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha**. Vol. I, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ/DP&A, 1997, p. 145-165.

DEBERT, G.G. GREGORIO, M.F. Violência e Gênero: Novas Propostas, Velhos Dilemas. **RBCS**, vol. 23, nº 66, 2008.

DIEL, Marciane; BARBIANI, Rosângela. Violência familiar contra a pessoa idosa: expressões do fenômeno e perspectivas para o seu enfrentamento. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2018.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. **Revista Katálysis**, Florianópolis. 2018.

GIFFIN, K. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. **Caderno Saúde Pública**. 1994.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda – o caso do Bolsa Família no Brasil. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2011.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho e gênero: aportes para o debate da questão social. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2011.

HENRICH, Giovana. KERN, Francisco Arseli. A questão de gênero na relação com a AIDS: a maternidade em foco. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html

MENDES, Mary Alves. **Mulheres Chefes de família: a complexidade e ambiguidade da questão**. 2002. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1131/1094>

MILANI, Vanessa Pironato. Paz, amor e... Feminismo: a luta das mulheres na contracultura norte-americana. **XXI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: História, Democracia e Resistência**, Montes Claros/MG. 2018.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. Família Contemporânea. In: **Recomeçar: famílias, filhos e desafios** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-03.pdf>

OLIVEIRA, Nielmar De. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/mulheres-brasileiras-ainda-ganham-menos-que-os-homens-diz-ibge>

OLIVEIRA, Michele Moraes; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; SANTANA, Michelle Miranda; OLIVEIRA, Priscila Rezende Cardoso; LÉLIS, Cristina Teixeira; FREITAS, Márcia Cristina de Paiva; LINHARES, Adriana Mayrink. Marcas psicológicas da violência doméstica: análise de histórias de vida de mulheres de comunidades populares urbanas. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2009.

PARNES, Célia. **Monoparentalidade feminina em foco**. 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/artigos/monoparentalidade-feminina-em-foco/>

PEDERSEN, Jaina Raqueli. Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social objeto de trabalho do Serviço Social. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2009.

ROSADO, Ana Paula Nery. TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. LORETO, Maria das Dores Saraiva de. ANDRADE, Vivianne Delfino Albuquerque. Administração dos

diferentes domínios da vida: vivências e percepções das detentoras da guarda dos filhos. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2011.

SAFIOTTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: **Moderna**, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de Gênero do Brasil Atual. **Violência e Assédio Sexual**. 1994.

SANCHOTENE, Iulla Portillo; ANTONI, Clarissa de; MUNHÓS, Aline Assman Ruas. MARIA, MARIA: concepções sobre ser mulher em situação de rua. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2019.

SILVEIRA, Elana Cavalcante. SILVA, Suzana de Fátima Marques. **Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza**. 2013. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17238-08072013-162104.pdf

TAVARES, Fabricio André. PEREIRA, Gislaine Cristina. Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2007.

WELTER, Ivania. CETOLIN, Sirlei Fávero. TRZCINSKI, Clarete. CETOLIN, Simone Kelli. Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre. 2008.